Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2025

banestes seguros

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A. ("Seguradora") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, de acordo com as disposições legais e estatutárias vigentes.

Conjuntura Econômica

O encerramento de 2025 consolidou a resiliência da economia brasileira diante de um cenário global fragmentado, marcado pelo protecionismo comercial norte-americano e pelo ciclo de cortes das taxas de juros do Federal Reserve. Internamente, o país operou sob o paradoxo de um mercado de trabalho aquecido — com desocupação recorde de 5,2% — e uma política monetária contracionista severa, com a Selic mantida em 15,0%. Apesar do rigor monetário, a inflação encerrou o período em 4,26%, mantendo o IPCA dentro do intervalo de tolerância da meta, enquanto o PIB consolidou um crescimento de 2,26%.

A nível sistêmico, o crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu a marca histórica de R$20,8 trilhões, impulsionado majoritariamente pelos títulos da dívida pública e por linhas direcionadas a empresas. Nesse contexto, o Espírito Santo consolidou sua posição de destaque ao apresentar uma expansão do PIB de 3,0% até setembro, superando a média nacional de 2,4%. Esse dinamismo levou a economia capixaba ao maior valor nominal de sua série histórica, alcançando R$242,0 bilhões no acumulado de quatro trimestres, ancorado pelo salto na agropecuária e pela expansão da indústria extrativa e de serviços logísticos. Por outro lado, esse aquecimento econômico, somado às pressões em preços administrados, fez com que a Grande Vitória registrasse o maior IPCA do país em 2025, de 4,99%, impactado fortemente pela alta de 17,48% na energia elétrica residencial.

No setor externo, o estado consolidou sua vantagem competitiva no agronegócio ao atingir um faturamento de US$3,2 bilhões em exportações, impulsionado pela hegemonia do café conilon, que hoje detém 77% do Market share nacional da variedade. Essa performance operacional é sustentada por uma governança fiscal de excelência, ratificada pela manutenção do Rating A+ junto ao Tesouro Nacional. Tal solidez institucional atua como o principal pilar de segurança jurídica e previsibilidade, fatores determinantes para a mitigação de riscos e atração de capital intensivo. Este cenário de estabilidade ancora uma carteira de investimentos projetada em R$104,3 bilhões até 2030, com alocação estratégica nos setores de infraestrutura logística, metalurgia e na cadeia de petróleo e gás, posicionando o estado como um hub de alta solvência e crescimento sustentável no cenário brasileiro.

O relatório Focus, do Banco Central do Brasil, publicado em 30 de janeiro de 2026, projeta um ano que será marcado por uma tendência de convergência inflacionária e uma expectativa de afrouxamento da política monetária, em contraste com o aperto observado em 2025. A estimativa para o IPCA é de 3,99%, apresentando uma queda gradual, colocando a inflação dentro de um intervalo de tolerância da meta estabelecida pelo CMN - Conselho Monetário Nacional. A expectativa mediana para o crescimento do PIB está projetada em 1,80%. A projeção da taxa Selic em 12,25% indica o potencial início de um ciclo de cortes, condicionado à manutenção do controle inflacionário.

No âmbito setorial, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSEG) projeta um crescimento de 8% para o Setor Segurador brasileiro em 2026, mesmo em face dos efeitos da incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nos planos de previdência aberta. O crescimento projetado é positivo, pois com uma inflação projetada em 4%, estima-se um avanço real de 4%, um crescimento robusto e distribuído entre diversos ramos do setor. A CNSEG também divulgou suas projeções macroeconômicas para 2026. O Produto Interno Bruto (PIB) pode alcançar crescimento de 1,95%, percentual mais otimista do que o previsto pelo Boletim Focus do Banco Central do Brasil, que projeta alta de aproximadamente 1,8%. A entidade projeta ainda uma taxa Selic de 12% ao final do ano e o IPCA estimado é de 4,08%.

Resultado do Exercício de 2025 – Nosso desempenho

Prêmios - Os prêmios ganhos dos produtos emitidos pela Seguradora totalizaram R$385,9 milhões, representando um aumento de R$33,7 milhões, que equivale a 9,6% de aumento em relação ao auferido no exercício de 2024. Destaca-se o crescimento de 16% no Prêmio Ganho da carteira de Pessoas.

Despesas Administrativas – As despesas administrativas totalizaram R$39,3 milhões no exercício de 2025, representando um acréscimo de 3,3% em relação ao exercício de 2024, abaixo dos principais indicadores de inflação. O índice de despesas administrativas sobre o prêmio ganho foi de 10,2% (10,8% no exercício de 2024). A gestão das despesas administrativas é rigorosamente acompanhada pela alta administração por meio de indicadores internos, representando uma boa prática de governança e controle.

Resultado Financeiro – O resultado financeiro totalizou R$28,7 milhões no exercício de 2025, representando um aumento de 20,6% em relação ao exercício de 2024, ou, R$4,9 milhões em valores absolutos, já considerando o pagamento de dividendos em abril/2025 no valor de R$53,7 milhões, demonstrando eficiência na geração de caixa de nossas operações.

O total de aplicações da Seguradora, constituídas por títulos públicos, operações compromissadas em títulos públicos e fundos de investimentos, também atrelados a títulos de governo, atingiu o montante de R$291,8 milhões (R$291,9 milhões em dezembro de 2024). As provisões técnicas somam R$163,6 milhões (R$147,6 milhões em dezembro de 2024), que deduzidos dos ativos redutores, apresentam total a ser coberto no valor de R$108,9 milhões (R$95,1 milhões em dezembro de 2024).

Os ativos financeiros dados em cobertura dos ramos próprios demonstram um excedente de garantia na ordem de R$135,6 milhões (R$125,2 milhões em dezembro de 2024), demonstrando nossa liquidez perante o mercado e o órgão supervisor.

Os recursos financeiros são administrados adotando-se as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira em honrar todos os seus compromissos em conformidade com os preceitos da Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores. A classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos, classificados nas categorias: mensurados subsequentemente a custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Sinistralidade – Este índice representa a relação de sinistros ocorridos sobre os prêmios ganhos. No exercício de 2025 o índice ficou em 46,5%, contra 47,5% em 2024, apresentando uma redução de -2,1%, demonstrando a boa gestão dos riscos dos contratos de seguros subscritos.

Índice Combinado – O índice combinado no exercício de 2025, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos e receitas com produtos em regime de capitalização, foi de 0,8868 (0,8762 no exercício de 2024).

Índice Combinado Ampliado - O índice combinado ampliado no exercício de 2025, que afere a representatividade dos custos operacionais totais em relação aos prêmios ganhos, receitas com produtos em regime de capitalização e resultado financeiro, foi de 0,8255 (0,8208 no exercício de 2024).

Lucro Líquido - No exercício de 2025, após os impostos, contribuições e participações dos empregados no resultado, o lucro líquido foi de R$42,6 milhões (R$39,3 milhões em 2024), o melhor de nossa série histórica, com aumento de 8,5% quando comparado ao lucro do mesmo período de 2024.

Patrimônio Líquido – O Patrimônio Líquido apurado foi de R$239,5 milhões, comparado a R$206,3 milhões em dezembro de 2024, com incremento de 16,1%. Dessa forma, a Seguradora apresentou uma rentabilidade nominal efetiva sobre o PL de 19,1% (18,1% em 2024). Este resultado foi calculado com base na relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e o patrimônio líquido médio registrado em 31/12/2025 e 31/12/2024. O desempenho evidencia a solidez da Seguradora e seu compromisso com a inovação na criação de produtos e parcerias estratégicas.

Capital Mínimo Requerido - Ficou em R$69,9 milhões, apresentando uma suficiência de R$159,2 milhões em relação ao PL ajustado de R$229 milhões, que representa 228% acima do mínimo exigido pelo órgão supervisor.

Distribuição de Resultados - Seguindo a política aprovada pelo acionista único, foi distribuído 25% em dividendos, conforme determina o estatuto social, que resultou no valor de R$10,1 milhões.

Serviços Prestados por Auditores Externos – A Seguradora informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG) contratada via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual a Banestes Seguros se submete por ser sociedade de economia mista controlada integralmente pelo Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo, exclusivamente relacionados a auditoria externa no exercício findo em 31/12/2025.

Fatos de Mercado - A Seguradora está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o anuário "Finanças Mais – edição 2025", do jornal Estado de São Paulo, quando se trata de vida e previdência, e na categoria ramos gerais, a Seguradora encontra-se entre as 50 maiores do país, conforme anuário "Valor 1000" do jornal Valor Econômico. No mercado capixaba, a Seguradora é líder no segmento Vida. Reconhecida como uma das marcas mais lembradas na pesquisa Recall de Marcas em 2025. Os produtos da Seguradora são comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com mais de 500 corretoras de seguros. A Seguradora investe em constante inovação e gestão de projetos de infraestrutura e governança em tecnologia da informação para oferecer o melhor atendimento e proteção completa e eficiente aos seus segurados. A Seguradora incrementou sua carteira em 2025 com os produtos Prestamista PJ, Habitacional, Doenças Graves e Proteção Financeira direcionado aos correntistas pessoas físicas do Banestes.

Na busca por inovação e maior competitividade, a Seguradora está implantando um novo sistema de gestão de seguros, que trará maior celeridade e eficiência operacional, ampliando a oferta de produtos. A Seguradora cumpre todas as normas de seguros vigentes, mantendo-se atualizada perante os órgãos supervisores, incluindo a adequação à nova Lei de Seguros, vigente desde 11/12/2025. No âmbito do capital intelectual, a Seguradora valoriza seus talentos por meio de seleção interna e promoções por meritocracia e investe no desenvolvimento de lideranças, com capacitações internas e externas. Essas iniciativas visam fortalecer a competitividade da Seguradora e aprimorar a experiência do cliente. Por fim, reconhecendo o papel do setor de seguros na promoção da sustentabilidade, a Seguradora atua no desenvolvimento de ações ESG (Ambiental, Social e Governança), por meio do Comitê de Sustentabilidade, já estabeleceu planos de ação para mitigar os riscos atrelados à sustentabilidade na Seguradora, após aprovação de Matriz de Materialidade.

Agradecimentos

Agradecemos ao Governo do Estado do Espírito Santo e ao Banestes S.A. pela confiança depositada, bem como às instituições com as quais a Banestes Seguros S.A. mantém parcerias, que contribuíram para o alcance dos objetivos da Seguradora, em especial aos segurados, rede de agências do Banestes, corretoras de seguros, prestadores de serviços, colaboradores e representantes da SUSEP.

A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		**356.180**	**324.705**
Disponível		1.160	2.908
Caixa e bancos	5	1.160	2.908
Aplicações	6	195.589	170.336
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	94.801	91.770
Prêmios a receber	7.1	67.199	64.168
Operações com resseguradoras	7.3	27.602	27.602
Outros créditos operacionais		21.885	20.301
Ativos de resseguro e retrocessão	8	230	502
Títulos e créditos a receber		3.522	3.232
Títulos e créditos a receber		1.768	1.661
Outros créditos		1.754	1.571
Outros valores e bens		12.908	12.922
Bens a venda	10	8.071	8.528
Almoxarifado	10	191	210
Outros Valores	10	4.646	4.394
Despesas antecipadas		817	268
Custos de aquisição diferidos		25.268	22.466
Seguros	11	25.268	22.466
ATIVO NÃO CIRCULANTE		139.491	156.259
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		117.836	141.126
Aplicações	6	96.207	121.611
Títulos e créditos a receber		20.204	19.241
Créditos tributários e previdenciários	9	7.729	5.803
Depósitos judiciais e fiscais	12	10.086	10.378
Outros valores e bens	13	2.389	3.060
Custo de aquisição diferidos	11	1.425	274
Investimentos	14	510	523
Participações societárias		258	258
Imóveis destinados à renda		249	262
Outros investimentos		3	3
Imobilizado	15	1.186	1.423
Bens móveis		642	766
Outras imobilizações		544	657
Intangível	16	19.959	13.187
Outros intangíveis		19.959	13.187
TOTAL DO ATIVO		**495.671**	**480.964**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		**235.626**	**261.164**
Contas a pagar		54.962	94.938
Obrigações a pagar	17.1	43.874	85.005
Impostos e encargos sociais a recolher	17.2	5.952	5.416
Encargos trabalhistas	21.1	1.358	1.713
Impostos e contribuições	21.2	3.563	2.678
Outras contas a pagar		215	126
Débitos de operações com seguros e resseguros		15.487	15.687
Prêmios a restituir		216	696
Operações com resseguradora	18	11.515	11.515
Corretores de seguros e resseguros		3.677	3.334
Outros débitos operacionais		79	142
Depósitos de terceiros	19	3.803	3.095
Provisões técnicas – seguros	20.1	160.517	146.729
Danos		120.354	116.081
Pessoas		40.163	30.648
Outros débitos	23	857	715
NÃO CIRCULANTE		**20.502**	**13.541**
Contas a pagar		7.638	8.465
Tributos diferidos	9	1.958	2.100
Obrigações a pagar		5.680	6.365
Provisões técnicas - seguros		3.079	918
Danos		845	520
Pessoas		2.234	398
Outros débitos		9.785	4.158
Provisões judiciais	22	7.954	1.626
Débitos diversos	23	1.831	2.532
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**24**	**239.543**	**206.259**
Capital social		186.326	186.326
Reservas de lucros		59.403	26.899
Ajustes de avaliação patrimonial		(6.186)	(6.966)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**495.671**	**480.964**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2025

banestes seguros

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	25.1	394.991	355.795
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	25.2	(9.061)	(3.569)
(=) Prêmios ganhos	**25.3**	**385.930**	**352.226**
(-) Sinistros ocorridos	25.4	(179.289)	(167.151)
(-) Custos de aquisição	25.5	(84.551)	(77.594)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	25.6	(25.658)	(15.346)
(=) Resultado com resseguro	**25.7**	**(175)**	**1.502**
(+) Receitas com resseguro		(175)	1.493
(-) Despesas com resseguro		-	9
(-) Despesas administrativas	25.8	(39.277)	(38.027)
(-) Despesas com tributos	25.9	(13.292)	(11.989)
(+) Resultado financeiro	25.10	28.651	23.760
(+) Resultado patrimonial	25.11	708	675
(=) Resultado operacional		**73.047**	**68.056**
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**73.047**	**68.056**
(-) Imposto de renda	27	(16.269)	(15.705)
(-) Contribuição social	27	(9.813)	(9.445)
(-) Participação sobre o resultado		(4.337)	(3.614)
(=) Lucro líquido do exercício		**42.628**	**39.292**
(/) Quantidade de ações		1.435.647	1.435.647
(=) Lucro líquido por ação em R$1,00	3.21	29,69	27,37

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		**42.628**	**39.292**
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e Valores Mobiliários disponíveis para venda		1.300	(10.874)
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes		(520)	4.350
CSLL		(195)	1.631
IRPJ		(325)	2.719
Resultados abrangentes		**780**	**(6.524)**
Total dos resultados abrangentes		**43.408**	**32.768**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**86.326**	**12**	**15.216**	**(3.099)**	**-**	**98.455**
Aumento/Diminuição de capital em aprovação	-	-	-	-	-	-
AGE em 05/12/2024 – ne 24.1	100.000	-	-	-	-	100.000
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	(12)	-	-	12	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	2.657	-	2.657
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.190	34.190
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	1.709	-	(1.709)	-
Reserva Estatutária	-	-	24.372	-	(24.372)	-
Dividendos	-	-	-	-	(8.121)	(8.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**186.326**	**-**	**26.899**	**(6.966)**	**-**	**206.259**
Aumento/Diminuição de capital em aprovação	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:						
Realização líquida de impostos	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - TVM	-	-	-	780	-	780
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.628	42.628
Proposta p/ distribuição do resultado:						
Reserva Legal	-	-	2.131	-	(2.131)	-
Reserva Estatutária	-	-	30.373	-	(30.373)	-
Dividendos (ne 17.1)	-	-	-	-	(10.124)	(10.124)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**186.326**	**-**	**59.403**	**(6.186)**	**-**	**239.543**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**42.628**	**39.292**
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.955	2.059
Redução ao valor recuperável	(213)	85
Variação nas contas patrimoniais	**15.937**	**(19.795)**
Ativos financeiros	151	(25.224)
Créditos nas operações de seguros e resseguros	(4.625)	(6.111)
Ativos de resseguros	272	966
Créditos fiscais e previdenciários	(1.926)	(3.174)
Depósitos judiciais e fiscais	292	(783)
Despesas antecipadas	(548)	(93)
Custos de aquisição diferidos	(3.954)	(1.963)
Outros ativos	(53)	1.827
Outras contas a pagar	1.880	10.756
Impostos e contribuições	885	2.079
Débitos de operações com seguros e resseguros	(200)	2.403
Depósitos de terceiros	708	883
Provisões técnicas - seguros e resseguros	15.947	4.845
Provisões judiciais	6.328	318

	31/12/2025	31/12/2024
Outros passivos	780	(6.524)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**60.307**	**21.641**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:	**(7.614)**	**(12.222)**
Imobilizado	(95)	(224)
Intangível	(7.519)	(11.998)
Recebimento pela venda:	**-**	**7**
Imobilizado	-	7
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	**(7.614)**	**(12.215)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(53.691)	(8.120)
Pagamento de arrendamento	(752)	(755)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	**(54.443)**	**(8.875)**
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.748)**	**551**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.908	2.357
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.160	2.908
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.748)**	**551**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Rua Cassiano Antônio Moraes, 60, Enseada do Suá, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentes pessoais nas seguintes unidades federativas do ES, MG, BA, RJ e SP.
A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras da Seguradora foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em consonância com a Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendadas pela SUSEP e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria da Seguradora em 19 de fevereiro de 2026.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:
- Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das Demonstrações Financeiras é o Real (R$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3 Estimativas contábeis significativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas, em que se baseia na experiência histórica e em outros fatores, incluindo-se expectativas de eventos futuros, para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa são as provisões técnicas, provisões judiciais e créditos tributários.

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e investimentos financeiros em moeda nacional e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica "caixa e bancos".

3.2 Adoção do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 substitui o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:
Classificação e mensuração dos ativos financeiros
Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além, disso, as nomenclaturas das categorias aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.
Em relação aos instrumentos financeiros, a Seguradora avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada à classificação dos Instrumentos Financeiros conforme modelo de negócio.
Redução ao valor recuperável (*impairment*)
O CPC 48 – Instrumentos financeiros trouxe como regra geral que a cada balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.
A Seguradora avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

3.2.1 Mensuração e classificação

A Seguradora determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com o definido pelo CPC 48 que introduziu o conceito de modelo de negócio e a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ). O modelo de negócios reflete a gestão dos ativos financeiros pela Companhia, enquanto o SPPJ avalia se os fluxos de caixa gerados consistem apenas em pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.2.1.1 Mensurado subsequentemente a custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, que passam no teste SPPJ e são mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais. São valorados pela taxa de aquisição, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*), contabilizadas no resultado.

3.2.1.2 Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, que passam no teste SPPJ e são mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, estando disponíveis para negociação. São contabilizados pelo custo, acrescido dos rendimentos do exercício pela taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas no patrimônio líquido e, quando realizadas ou com variação do valor recuperável, são apropriadas ao resultado.

3.3 Empréstimos e recebíveis

Compreendem substancialmente os "Prêmios a Receber", onde o valor de mercado é igual ao valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021, e alterações posteriores.

3.4 Redução ao valor recuperável

3.4.1 Ativos Financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.
A cada exercício, a Seguradora avalia se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Seguradora utiliza a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Para esta avaliação, a Seguradora compara o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e considera informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforços excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

3.4.2 Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A redução ao valor recuperável de contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir dos riscos de inadimplência do ressegurador e deverá ser considerado, no mínimo, o histórico de perdas com o ressegurador, a análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador e eventuais divergências ou litígios referentes a cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. A Seguradora a cada exercício avalia o seu histórico de perdas junto ao ressegurador, considerando um período de 4 anos, para estimar a sua RVR- Redução ao valor recuperável. Essa avaliação parte da observação das recuperações solicitadas e das recuperações efetivamente realizadas.

3.4.3 Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos, ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada. A metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos doze meses. A cada exercício a Seguradora reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

3.4.4 Redução ao valor recuperável de salvados

A Seguradora a cada exercício, ajusta através da RVR – Redução ao valor recuperável o seu saldo de ativos de salvados. Esse ajuste parte da observação de 5 anos de histórico e os valores efetivamente realizados.

3.4.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.5 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos investimentos com cotação pública é registrado com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (i) Títulos públicos têm seus valores apurados com base nos preços de mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e (ii) Debêntures e Letra Financeira Subordinada (LFS) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo; as quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento das Demonstrações Financeiras; os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.6 Passivos financeiros

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente débitos de operações de seguros, resseguros e dividendos.

3.7 Créditos das operações de seguros

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as apólices e/ou endossos que estejam vencidos há mais de 60 dias.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.8 Outros valores e bens - Salvados

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.

3.9 Investimentos

Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingir os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Referem-se às participações societárias na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.

3.10 Imóveis destinados à renda

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.
Os ganhos e perdas na alienação de imóveis destinados à renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.

3.11 Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.
Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.
O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.
Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis de uso	25 anos
Sistemas de comunicação	10 anos
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados	5 anos
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos

3.12 Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.
Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.
A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.

3.13 Provisões técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/2021, bem como as suas atualizações. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, descritas a seguir:

3.13.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas dos prazos a decorrer referentes aos riscos emitidos na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. Os custos de aquisição diferidos (CAD) são representados tão somente pelas despesas vinculadas, de forma direta, aos prêmios não ganhos com as mesmas premissas e prazos de cálculo da PPNG.

3.13.2 Provisão de Prêmios Não Ganhos – Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG/RVNE) representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos pela Seguradora cuja apólice ainda não foi emitida.

3.13.3 Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das Demonstrações Financeiras.
A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, acrescida de juros e atualização monetária, e tem por base as notificações de ajuizamento recebidas até a data do balanço. Sua constituição é feita por área própria da Seguradora e leva em consideração a média histórica dos processos cíveis relacionados a sinistros.

3.13.4 Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)

A provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora.

3.13.5 Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa à cobertura de sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em nota técnica atuarial (NTA).

3.13.6 Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Conforme disposto na Circular SUSEP Nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os resultados do TAP referentes às demais provisões técnicas, se positivos, devem ser reconhecidos na própria provisão deficitária, a qual deverá ter sua metodologia de cálculo ajustada.
O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Não Registrados, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.
Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2025, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), pré-fixada, IGP-M e IPCA, conforme indexador estabelecido em cada contrato, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2025 foram, em média, as seguintes:

Grupo Patrimonial: 2,99%

Grupo Automóvel: 70,20%

Grupo Prestamista: 14,24%

Grupo Acidentes Pessoais Individual: 3,80%

Grupo Pessoas: 6,36%

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

Os resultados obtidos no Teste de Adequação de Passivos de data base 31/12/2025, seguindo a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP Nº 648/2021, estão reproduzidos a seguir:

RESUMO DO TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS - EVENTOS OCORRIDOS – DATA BASE 31/12/2025			
Grupo	**Fluxo de Caixa Estimado**	**Provisões Constituídas**	**Resultado**
Patrimonial	184	197	13
Automóvel	35.447	37.552	(2.105)
Prestamista	2.070	2.177	(108)
AP Individual	166	175	(9)
Pessoas	20.199	21.131	(932)

RESUMO DO TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS - EVENTOS A OCORRER - PRÊMIOS REGISTRADOS DE PPNG - DATA BASE 31/12/2025			
Grupo	**Fluxo de Caixa Estimado**	**Provisões Constituídas**	**Resultado**
Patrimonial	514	1.749	(1.236)
Automóvel	52.477	65.553	(13.075)
Prestamista	105	375	(270)
AP Individual	953	3.637	(2.684)
Pessoas	1.276	3.799	(2.524)

RESUMO DO TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS - EVENTOS A OCORRER - PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS DE PPNG - DATA BASE 31/12/2025			
Grupo	**Receitas Futuras Estimadas do Fluxo de Caixa**	**Despesas Futuras Estimadas do Fluxo de Caixa**	**Suficiência/ Insuficiência**
Patrimonial	-	-	-
Automóvel	-	-	-
Prestamista	118.308	24.434	93.874
AP Individual	-	-	-
Pessoas	335.814	49.737	286.077

RESUMO DO TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS - OPT - DATA BASE 31/12/2025			
Grupo	**Fluxo de Caixa Estimado**	**Provisões Constituídas**	**Resultado**
Patrimonial	18	18	-
Automóvel	498	505	(6)
Prestamista	-	-	-
AP Individual	12	12	-
Pessoas	22	22	-

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da BANESTES SEGUROS S.A. de data base 31/12/2025, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP Nº 648/2021.

3.13.7 Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR deve abranger as despesas relativas a sinistros ocorridos e a ocorrer, enquanto para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR deve abranger as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos.

3.13.8 Provisão de valores a regularizar (PVR)

A PVR (Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar) abrange os valores referentes aos resgates e pagamentos financeiros programados a regularizar, devoluções de prêmios e contribuições, devoluções de fundos em decorrência de morte do participante durante o período de diferimento, portabilidades a regularizar, prêmios recebidos e ainda não convertidos em cotas, rendas vencidas e benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

3.14 Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:
Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às Demonstrações Financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.
Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo: benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.
Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não são benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.
Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou

b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

Benefício pós-emprego - Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pela Seguradora de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.
Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.
Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pela qual a Seguradora como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na nota 27.
O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - Projected Unit Credit, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – Projected Benefit Obligation), líquido dos ativos garantidores do plano.
A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida e demais. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.
A Deliberação CVM nº 695/12, estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido - outros ajustes de avaliação patrimonial.

3.15 Tributos sobre o lucro e faturamento

Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social - Setor Financeiro e Segurador	15%
COFINS	4%
PIS	0,65%

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007.
Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (conversão da MP 627/13) que alterou a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Essa Lei dispõe, entre outros assuntos, sobre a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais. A referida Lei nº 12.973 não acarreta efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Financeiras da Seguradora.
Contribuições sociais federais que, para as seguradoras, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%.

3.16 Outros tributos

Outros tributos incidem sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como "Despesas com Tributos", dentre os quais destaca-se a taxa de fiscalização da SUSEP, taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010, e alterações posteriores.

3.17 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.
Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável ou possível. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros, a Seguradora provisiona ações com perdas remotas, possíveis ou prováveis, a partir de estudo próprio envolvendo premissas mais conservadoras, a partir de sua base de dados histórica.
As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.
Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.
Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda for remota não são provisionados ou divulgados.
Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.18 Apuração do resultado

As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.
Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados, o qual busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigências relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.
Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.
As participações nos lucros aos empregados são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

3.19 Classificação dos contratos de seguro, resseguro e de investimento

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.
Mensuração dos contratos de seguros
Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização. Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização, cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos – RVNE), são reconhecidas através de estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora. A Seguradora mantém registrada uma operação em run-off de resseguro junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para os seguros do grupo de pessoas. Atualmente, não possui contratos de resseguro vigentes. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com a resseguradora e que estão em run-off. As despesas e receitas oriundas desse contrato são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato.
Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.20 Patrimônio líquido

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. deterá sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade e atualmente detém 100% (cem por cento), conforme nota 1.

3.21 Lucro líquido por ação básico

O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuível ao acionista pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas Demonstrações Financeiras.
O cálculo do lucro por ação básico apurado no exercício está assim apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	42.628	39.292
Média ponderada do número de ações em circulação no período	1.435.647	1.435.647
Lucro por ação básico (em unidades de R$)	29,69	27,37

3.22 Normas e interpretações emitidas e aplicáveis em períodos futuros

A seguinte norma e pronunciamento, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais:
CPC 50 - Contratos de seguro (IFRS 17)
O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das Demonstrações Financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O CPC 50 entrou em vigor após 1º de janeiro de 2025 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis – Demonstração de Resultado (IFRS 18)
Emitida pelo IASB em abril de 2024, a IFRS 18 tem como finalidade a apresentação de uma nova estrutura para apresentação das demonstrações contábeis, com foco em padrões mínimos de subtotais e divulgação de medidas definidas pela administração.

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Até o momento não há previsão oficial de quando a SUSEP irá adotar a norma IFRS 18. A administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma. A Companhia está avaliando os potenciais efeitos dessas normas e alterações nas demonstrações contábeis futuras.

4. Gestão de riscos

Segundo referência do *Committee of sponsoring organizations of the treadway commission* - COSO, o Gerenciamento de Riscos Corporativos (ERM) é definido pela cultura, as capacidades e as práticas, integradas com a definição da estratégia e da performance, nas quais as organizações confiam para gerenciar o risco com o propósito de gerenciar riscos na criação, preservação e realização de valor. E, possui 5 pilares ou componentes inter-relacionados:

- Governança e Cultura;
- Estratégia e Definição de Objetivos;
- Performance;
- Revisão e Monitoramento;
- Informação, Comunicação e Divulgação.

Assim, a gestão de riscos parte de uma estrutura interna e contínua, relacionada com a gestão estratégica, aplicável a todos os negócios, atividades e unidades da organização e executada por todos independentemente de posição, cargo ou função.

4.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na Seguradora, os órgãos de administração têm o compromisso de zelar pela adequação e pela efetividade da Estrutura de Gestão de Riscos em conformidade com as normas internas e legislações pertinentes, bem como promover e disseminar entre seus empregados as melhores práticas da cultura de riscos.
O processo de gerenciamento de riscos tem por objetivo minimizar potenciais riscos e maximizar as oportunidades que eles possam proporcionar.
Alinhado às práticas de mercado, a BANESTES SEGUROS busca as melhores práticas que sejam compatíveis com o porte, estrutura e perfil com a adoção de princípios e diretrizes, práticas, definição de papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas.
Além disso, adota o Modelo das Três Linhas na gestão de riscos, que contempla a atuação integrada entre os gestores dos processos (proprietários dos riscos), gerência de riscos e controle, auditoria interna, prestadores de serviço externos de avaliação (auditorias externas), o Conselho de Administração.

4.2 Apetite por risco

O apetite por risco é o nível máximo de risco que a Seguradora está disposta a assumir no intuito de atingir seus objetivos estratégicos e respeitando sua capacidade por riscos.
Quando uma exposição estiver acima do apetite por risco definido, medidas corretivas são adotadas.

4.3 Metodologia

As diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento dos principais riscos estão descritas na Política de Gestão de Riscos que auxiliam no monitoramento do apetite bem como na aplicação da metodologia qualitativa e quantitativa para mensuração de seus riscos.
Na metodologia qualitativa, adotou Risk and Control Self Assessment - RCSA, que considera o impacto e a probabilidade dos riscos nos processos e atividades da Seguradora, associados aos controles implantados.
E, na metodologia quantitativa, a Seguradora consegue mensurar, monitorar e reportar os riscos da organização de forma adequada e garantindo a melhoria contínua da gestão de riscos.

4.4 Categorias de riscos

4.4.1 Crédito

Conforme definição da SUSEP, o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.
A Seguradora emite normas internas em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CNSP. Essa medida visa garantir o cumprimento de suas políticas de investimentos com segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados. Para o gerenciamento destes riscos, a Seguradora possui políticas, tais como Política de Liquidez e ALM, e processos de monitoramento mensais que visam garantir que os limites não sejam excedidos.
A nota 6.3 demonstra dentre outras informações, os percentuais de distribuição dos ativos financeiros que contempla a concentração do portfólio de investimentos da Seguradora por tipo de contraparte.
Já o risco de crédito originado de prêmios de seguros a receber é considerado substancialmente baixo, conforme demonstrado na nota 7.2. Segundo a legislação brasileira, as coberturas contratuais podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados dentro do prazo máximo de cobertura.

4.4.2 Mercado

É o risco representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Seguradora. Nossas ferramentas de gestão são:

- Relatório de Acompanhamento da Política de Investimento - visa avaliar a consonância dos resultados apurados com a política de investimento financeiro da Seguradora.
- Relatório de Compliance de Investimentos - visa avaliar trimestralmente a consonância dos investimentos realizados com a Política de Investimento Financeiro da Seguradora.
- Macro Alocação de Ativos - corresponde à alocação dos recursos entre os segmentos/modalidades de investimentos (modalidades de renda fixa, renda variável, imóveis, investimentos sujeitos à variação cambial e outros).
- Micro Alocação de Ativos - corresponde às alocações dentro das classes de ativos, combinando elementos das subclasses.

Além dessas ferramentas, a Seguradora possui um comitê responsável por apreciar ou assessorar na macro alocação de ativos, subsidiar o planejamento e a execução dos investimentos; e deliberar sobre os limites operacionais e intervalos de risco que podem ser assumidos no âmbito da gestão dos ativos financeiros.
Abaixo uma tabela com as exposições de investimentos da Seguradora, segregadas por fator de risco:

	31/12/2025	31/12/2024
Risco Soberano - Brasil	88,6%	79,8%
Fundos RF (Próprio)	11,4%	20,2%

O quadro de fator de risco, contempla o total da sua exposição, cujo fator de risco Fundos RF (próprio) é representado em sua maioria por fundos vinculados a ativos do Governo Federal. Alguns ativos possuem mais de um fator de risco e o valor contido nele pode aparecer em mais de um fator, por essa razão o valor total desse quadro pode ser maior do que o total de suas operações, conforme nota 6.3.

4.4.2.1 Mensuração do risco de mercado

A Seguradora utiliza como medida de risco de suas carteiras de investimento a metodologia de VaR, modelo não paramétrico para horizonte de 1 dia útil, com nível de confiança de 95%. A sensibilidade do risco no resultado é de 0,50% para a carteira.

4.4.3 Subscrição

Possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Seguradora, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas, incluindo eventos de grande magnitude (naturais ou causados pelo homem) que geram um grande número de sinistros simultaneamente.
A Seguradora moldou suas operações às melhores práticas de subscrição de mercado e à legislação vigente. Como forma de gerir o lançamento de seus produtos, que zela pelos padrões técnicos e comerciais visando garantir os resultados positivos.
As regras para mitigar o risco de subscrição estão contempladas principalmente nos normativos específicos da seguradora que englobam desde a subscrição de riscos até as provisões técnicas.
Como forma de certificar as reservas, a Seguradora adotou um teste de passivos. Esse teste avalia a cada seis meses a suficiência das reservas frente à expectativa de valores necessários no futuro.

4.4.4 Operacional

Conforme definição da SUSEP, risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações da Sociedade, nos sistemas de tecnologia da informação ou sua interrupção, bem como de eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos.
A Seguradora gerencia o risco operacional acompanhando os diversos cenários de exposição a riscos a que está sujeita, refletindo o comportamento da concorrência, o ambiente de negócios e os compromissos com os resultados que possui com a sociedade, acionistas, empregados e órgãos reguladores.
Para mitigação dos principais riscos operacionais a Seguradora tem estabelecido normativos específicos que auxiliam nas métricas de monitoramento, avaliação de eficiência e a necessidade de ações para mitigar eventos críticos que possam surgir.

4.4.5 Risco de liquidez

Possibilidade de perda decorrente da seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

Para o gerenciamento deste risco, a Seguradora possui a Política de Liquidez e ALM que estabelece as diretrizes, parâmetros e estratégias em conformidade com as disposições nos normativos externos, de forma a atender a necessidade de liquidez estimada frente às saídas de caixa projetadas com conforto e adequada margem de segurança.

4.5 Concentração de riscos de seguro

A Seguradora entende como risco de seguro o risco transferido por contrato onde existe a incerteza quanto ao seu acontecimento (sinistro) ou data e valor da indenização.
O principal risco assumido pela Seguradora é o risco da frequência e severidade dos sinistros a serem pagos aos nossos segurados sejam maiores do que estimados. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor será a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.
A Seguradora atua no mercado com ênfase nos seguros de pessoas e automóveis concentrando seus esforços na proteção de pessoas físicas. Também adota uma política de manter a carteira pulverizada e homogênea em todos os ramos que a compõem, optando por não operar com cosseguro, mas operando em resseguro com a carteira de Pessoas.

4.6 Distribuição geográfica dos riscos

A Seguradora opera nos estados ES, BA, RJ, SP e MG. O maior volume de operações está concentrado no ES.

4.7 Moeda

Moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua é o Real (R$). A Seguradora não possui emissão de prêmio ou concentração de receita em outras moedas.

4.8 Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Seguradora quanto aos fatores de riscos de seguro que impactam os contratos e são integradas à política. Consequentemente não garantem que os fatores de risco venham a se comportar conforme previsto onde os resultados reais observados em períodos futuros podem divergir significativamente dos resultados apresentados a seguir, líquido dos efeitos tributários:

a) Redução de 10% dos prêmios ganhos

31/12/2025	Prêmios Ganhos	Efeito no Resultado (-)10%	Efeito no PL (%)
Auto	161.448	(9.687)	-4,0%
Pessoas	217.151	(13.029)	-5,4%
Patrimonial	7.331	(440)	-0,2%
Total	**385.930**	**(23.156)**	**-9,7%**

b) Aumento de 10% da sinistralidade

31/12/2025	Sinistros Ocorridos	Efeito no Resultado (+)10%	Efeito no PL (%)
Auto	(112.239)	(6.734)	-2,8%
Pessoas	(66.878)	(4.013)	-1,7%
Patrimonial	(172)	(10)	-0,1%
Total	**(179.289)**	**(10.757)**	**-4,5%**

Os produtos comercializados estão estruturados no modelo de repartição simples, sendo a vigência anual observada na maioria dos contratos. Por esse motivo a variável inflação não foi considerada no teste de sensibilidade.

4.9 Gestão de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Asset Liability Management). Tal metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos, demonstrando os prazos e a suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos.
As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão alinhadas com as características da carteira de investimentos da Seguradora.
A Seguradora elabora estudo semestralmente para sua carteira de ativos face ao passivo atuarial cujo objetivo é a obtenção de uma carteira ótima de ativos que forneça o cumprimento dos objetivos atuariais, liquidez adequada à carteira e a geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

4.10 Gestão de risco de capital

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1.160	2.908
Total	**1.160**	**2.908**

6. Aplicações

6.1 Classificação por níveis

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através do seguinte nível:
Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.
Nível 2 – *Inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 – que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para ativo ou passivo.

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

	31/12/2025		31/12/2024	
Aplicações	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 1**	**Nível 2**
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**209.640**	**33.359**	**185.760**	**59.010**
Letras financeiras do tesouro – LFT	34.997	-	30.596	-
NTN – B	47.059	-	43.555	-
Operações compromissadas em LFT	127.584	-	111.609	-
Fundos de investimentos (*)	-	33.359	-	59.010
Mensurado subsequentemente a custo amortizado	**48.797**	**-**	**47.177**	**-**
NTN – B	48.797	-	47.177	-
Total	**258.437**	**33.359**	**232.937**	**59.010**

* Do total dos Fundos de Investimentos apresentam R$350 (R$283 em 31/12/2024) em valores bloqueados em razão de demandadas judiciais.

6.2 Sensibilidade das aplicações

31/12/2025	Títulos federais	Quotas de fundos de investimentos e outros	Total
Aplicações	258.437	33.359	291.796
Selic - % a.a.	11,75%	11,75%	11,75%
Projeção de rentabilidade nos próximos 12 meses	30.366	3.920	34.286
Cenário:			
Queda 25%	22.483	2.902	25.385
Queda 50%	14.797	1.910	16.707
Elevação 25%	38.452	4.963	43.415
Elevação 50%	46.746	6.034	52.780

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

6.3 Classificação por título e vencimento

31/12/2025	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor justo	% Part Valor contábil	Taxa de Juros Referencial
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**162.581**	**-**	**47.059**	**33.359**	**242.999**	**(10.310)**	**253.309**	**83,27**	
LFT	34.997	-	-	-	34.997	10	34.987	11,99	100% selic
NTN – B	-	-	47.059	-	47.059	(10.320)	57.379	16,13	100% NI - IPCA
Operações compromissadas	127.584	-	-	-	127.584		127.584	43,72	100% selic
Fundos de investimentos	-	-	-	33.359	33.359		33.359	11,43	100% CDI
Mensurado subsequentemente a custo amortizado	**-**	**-**	**48.797**	**-**	**48.797**		**48.797**	**16,72**	
NTN – B	-	-	48.797	-	48.797		48.797	16,72	100% NI - IPCA
Total do circulante e não circulante	**162.581**	**-**	**95.856**	**33.359**	**291.796**	**(10.310)**	**302.106**	**100**	

31/12/2024	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeterminado	Valor contábil	Ajustes de TVM	Valor justo	% Part Valor contábil	Taxa de Juros Referencial
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**-**	**142.205**	**43.555**	**59.010**	**244.770**	**(11.610)**	**256.380**	**83,84**	
LFT	-	30.596	-	-	30.596	9	30.587	10,48	100% selic
NTN – B	-	-	43.555	-	43.555	(11.619)	55.174	14,92	IPCA + 3,525 a 5,84%
Operações compromissadas	-	111.609	-	-	111.609	-	111.609	38,23	100% selic
Fundos de investimentos	-	-	-	59.010	59.010	-	59.010	20,21	100% CDI
Mensurado subsequentemente a custo amortizado	**-**	**-**	**47.177**	**-**	**47.177**	**-**	**47.177**	**16,16**	
NTN – B	-	-	47.177	-	47.177	-	47.177	16,16	IPCA + 3,525 a 5,80%
Total do circulante e não circulante	**-**	**142.205**	**90.732**	**59.010**	**291.947**	**(11.610)**	**303.557**	**100**	

6.4 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas – Seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas para garantia		
Provisões técnicas	163.596	147.647
Direitos creditórios	(54.468)	(52.010)
Ativos de resseguro - redutores	(230)	(502)
Total a ser coberto das provisões técnicas líquido dos ativos redutores (A)	**108.898**	**95.135**
Necessidade de ativos líquidos nota 24.5 (Liquidez sobre o CMR 20%) (B)	**13.962**	**12.605**
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa – Públicos	258.437	232.937
Total (C)	**258.437**	**232.937**
Excedente de garantia (C – A – B)	**135.577**	**125.197**

7. Créditos das operações com seguros e resseguros

7.1 Movimentação de prêmios a receber

31/12/2025

	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2024	**58.226**	**4.738**	**1.204**	**64.168**
Prêmios emitidos	178.098	226.404	7.958	412.460
Cancelamentos	(16.693)	(257)	(565)	(17.515)
Var. riscos vigentes não emitidos	(222)	300	(32)	46
Baixas	(158.690)	(225.750)	(7.511)	(391.951)
Variação da provisão para riscos sobre créditos	(9)	-	-	(9)
Prêmios pendentes em 31/12/2025	**60.710**	**5.435**	**1.054**	**67.199**

31/12/2024

	Auto	Pessoas	Demais	Total
Prêmios pendentes em 31/12/2023	**57.114**	**4.591**	**1.206**	**62.911**
Prêmios emitidos	172.353	190.991	7.797	371.141
Cancelamentos	(14.805)	(92)	(571)	(15.468)
Var. riscos vigentes não emitidos	157	(25)	(10)	122
Baixas	(156.451)	(190.747)	(7.218)	(354.416)
Variação da provisão para riscos sobre créditos	(142)	20	-	(122)
Prêmios pendentes em 31/12/2024	**58.226**	**4.738**	**1.204**	**64.168**

7.2 *Aging* prêmios a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a vencer	**66.194**	**63.372**
De 1 a 30 dias	37.451	15.087
De 31 a 60 dias	20.082	11.483
De 61 a 120 dias	8.255	16.679
De 121 a 180 dias	406	11.046
De 181 a 365 dias	-	9.077
Prêmios vencidos	**1.207**	**989**
De 1 a 30 dias	1.027	868
De 31 a 60 dias	74	29
De 61 a 120 dias	3	11
De 121 a 180 dias	2	2
De 181 a 365 dias	13	6
Superior a 365 dias	88	73
(-) Redução ao valor recuperável	(202)	(193)
Total	**67.199**	**64.168**

O prazo médio de parcelamento dos grupos de ramo automóvel e patrimonial, observado foi de 6 parcelas, sendo os demais grupos com faturamento mensal.

7.3 Operações com resseguradoras

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Sinistros pagos	27.602	27.602
Total	**27.602**	**27.602**

7.4 Aging resseguro

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	2	4
De 61 a 120 dias	6	15
De 121 a 180 dias	5	101
De 181 a 365 dias	35	715
Superior a 365 dias	27.554	26.767
Total	**27.602**	**27.602**

8. Ativos de resseguro

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros pendentes (PSL)	188	179
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	42	323
Total	**230**	**502**

8.1 Movimentação dos ativos de resseguros

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2025
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	-	-	-	-
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	-	-	-	-
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	179	38	(29)	188
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	323	30	(311)	42
Total	**502**	**68**	**(340)**	**230**

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Saldo em 31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	480	-	(480)	-
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	11	-	(11)	-
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	605	67	(493)	179
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	372	205	(254)	323
Total	**1.468**	**272**	**(1.238)**	**502**

9. Créditos e passivos tributários e previdenciários

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos tributários		
Refletidos no resultado - diferenças temporárias	3.605	1.159
Refletidos no patrimônio líquido	4.124	4.644
Total	**7.729**	**5.803**
Tributos diferidos		
Passivos tributários refletidos no resultado	1.958	2.100
Total	**1.958**	**2.100**

Os créditos tributários de diferenças temporárias, refletidos no resultado, são decorrentes das provisões judiciais (nota 22.a), provisões para redução ao valor recuperável. Enquanto os tributos diferidos são decorrentes das atualizações dos depósitos judiciais fiscais e dos impostos sobre reservas de reavaliação. No período foram constituídas novas provisões conforme descritas na nota 22. As provisões judiciais cíveis não relacionadas a sinistros que possuem tempo médio de realização inferior a 2 anos. A Administração, com base em estudo de realização do crédito tributário, estima realização das provisões fiscais em até 3 anos. Nos quadros abaixo, apresentam-se a natureza da origem dos créditos e passivos tributários.

9.1 Créditos tributários das movimentações

31/12/2025

Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	2.343	586	351	937
Provisão para contingências trabalhistas	182	45	27	72
Provisão para contingências fiscais	5.430	1.357	815	2.172
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber	202	51	30	81
Redução ao valor recuperável de salvados à venda	854	214	128	342
Total dos créditos tributários refletidos no resultado	**9.011**	**2.253**	**1.352**	**3.605**
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	10.311	2.578	1.547	4.124
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	**10.311**	**2.578**	**1.547**	**4.124**

31/12/2024

Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	1.113	278	167	445
Provisão para contingências trabalhistas	80	20	12	32
Provisão para contingências fiscais	434	109	65	174
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber	193	48	29	77
Redução ao valor recuperável de salvados à venda	1.076	269	161	430
Total dos créditos tributários refletidos no resultado	**2.896**	**724**	**434**	**1.158**
Ajuste ao valor de mercado – Títulos disponíveis para venda	11.611	2.903	1.742	4.644
Total dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido	**11.611**	**2.903**	**1.742**	**4.644**

Cálculo dos créditos tributários refletidos no patrimônio líquido, utiliza-se as alíquotas vigentes no cálculo dos tributos.

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

9.2 Passivos tributários das movimentações

31/12/2025

Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	-	-	-	-
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	4.895	1.224	734	1.958
Total dos passivos tributários refletidos no resultado	**4.895**	**1.224**	**734**	**1.958**

31/12/2024

Diferenças temporárias	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761715	654	164	98	262
Atualização de Dep. Jud. INSS-NFLD 357761707	4.594	1.149	689	1.838
Total dos passivos tributários refletidos no resultado	**5.248**	**1.313**	**787**	**2.100**

10. Outros valores e bens

10.1 Salvados à venda

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	**8.528**	**8.305**
Adições	28.971	32.679
Baixas	(28.574)	(31.380)
Redução ao valor recuperável	(854)	(1.076)
Saldo no final do período	**8.071**	**8.528**

10.2 Salvados estimados

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	**4.183**	**3.880**
Constituição	87.552	65.598
Reversão	(87.089)	(65.295)
Saldo no final do período	**4.646**	**4.183**

10.3 Almoxarifado

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	**211**	**-**
Adições	66	384
Baixas	(86)	(173)
Saldo no final do período	**191**	**211**

11. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são diferidos na mesma proporção dos prêmios ganhos mensalmente. Identificados para cada apólice/item, correspondendo às despesas de comercialização vinculadas aos prêmios emitidos, cancelados e restituídos, e estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	13.864	15.568
Pessoas	11.069	5.541
Patrimonial	1.760	1.631
Total do circulante	**26.693**	**22.740**

As movimentações dos custos de aquisição são apresentadas na nota 20.2.2.

12. Depósitos judiciais e fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais (nota 21)	10.086	10.378
Total do circulante e não circulante	10.086	10.378

13. Outros valores e bens

13.1 Ativos de direito de uso

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	2.290	155	-	(616)	1.829
Veículos	770	38	-	(248)	560
Total	**3.060**	**193**	**-**	**(864)**	**2.389**
	Saldo em 31/12/2023	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/2024**
Imóveis	59	2.807	-	(576)	2.290
Veículos	937	72	-	(239)	770
Total	**996**	**2.879**	**-**	**(815)**	**3.060**

14. Investimentos

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	258	-	-	-	258
Imóveis destinados à renda	262	-	-	(13)	249
Outros investimentos	3	-	-	-	3
Total	**523**	**-**	**-**	**(13)**	**510**
	Saldo em 31/12/2023	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/2024**
Participação na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.	258	-	-	-	258
Imóveis destinados à renda	275	-	-	(13)	262
Outros investimentos	3	-	-	-	3
Total	**536**	**-**	**-**	**(13)**	**523**

15. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos de informática	567	3	-	(180)	390
Móveis, máquinas e utensílios	198	93	-	(38)	253
Benfeitorias em imóveis de terceiros	656	-	-	(113)	543
Total	**1.421**	**96**	**-**	**(331)**	**1.186**
	Saldo em 31/12/2023	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo em 31/12/2024**
Equipamentos de informática	600	161	(7)	(187)	567
Móveis, máquinas e utensílios	167	62	-	(31)	198
Benfeitorias em imóveis de terceiros	769	-	-	(113)	656
Total	**1.536**	**223**	**(7)**	**(331)**	**1.421**

16. Intangível

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Sistemas	13.186	7.519	-	(746)	19.959
Total	**13.186**	**7.519**	**-**	**(746)**	**19.959**
	Saldo em 31/12/2023	**Adições**	**Baixas**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2024**
Sistemas	2.088	11.998	-	(900)	13.186
Total	**2.088**	**11.998**	**-**	**(900)**	**13.186**

17. Obrigações a pagar, impostos e encargos sociais a recolher

17.1 Obrigações a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	3.490	2.849
Serviços de assistência e outros	24.955	23.719
Dividendos a pagar do exercício	10.124	9.332
Dividendos a pagar retirados da reserva de lucros (*)	-	44.358
Provisão de participação nos lucros	4.337	3.614
IOF a Debitar	816	873
Remessas de banco a compensar	67	-
Demais obrigações	80	68
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	5	192
Total	**43.874**	**85.005**

(*) Por determinação do acionista integral, conforme Voto Presi 63/2024 de 16/12/2024, foi constituído o valor de R$44.358 mil em dividendos a pagar relativo à baixa da Reserva de Lucros, conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

17.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos sobre operações financeiras	4.097	3.914
Impostos retidos	635	507
FGTS e demais contribuições	1.220	995
Total	**5.952**	**5.416**

18. Operações com resseguradoras

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de resseguros	13.709	13.709
(-) Comissões de resseguros	(2.194)	(2.194)
Total	**11.515**	**11.515**

19. Depósitos de terceiros – São prêmios pagos pelos segurados, arrecadados pela Seguradora, cujos valores encontram-se em processo de identificação/regularização.

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	1.778	2.884
De 31 a 60 dias	489	31
De 61 a 120 dias	132	58
De 121 a 180 dias	846	30
De 181 a 365 dias	558	92
Superior a 365 dias	-	-
Total	**3.803**	**3.095**

20. Provisões técnicas

20.1 Provisões técnicas de seguros e resseguros

20.1.1 Composição das provisões técnicas de seguros

A composição das provisões técnicas - Seguros, registradas no passivo circulante, está assim apresentada por agrupamento de ramos:

31/12/2025

	Auto	Vida	Demais	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	77.867	18.397	3.449	99.713
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	1.550	483	60	2.093
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)*	34.496	14.577	135	49.208
Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Avisados (IBNR)	2.841	8.835	51	11.727
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	215	72	11	298
Provisão de Valores a regularizar	505	34	18	557
Total das provisões	**117.474**	**42.398**	**3.724**	**163.596**

(*) Na constituição da PSL Judicial reconhecemos R$4.041 com despesas financeiras, conforme nota explicativa 25.10

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

31/12/2024

	Auto	Vida	Demais	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	77.820	9.446	3.449	90.715
Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG/RVNE)	1.863	138	30	2.031
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)*	29.681	12.487	109	42.277
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	3.344	8.902	49	12.295
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	253	72	4	329
Provisão de Valores a Regularizar	-	-	-	-
Total das provisões	**112.961**	**31.045**	**3.641**	**147.647**

(*) Na constituição da PSL Judicial reconhecemos R$552 com despesas financeiras, conforme nota explicativa 25.10

20.2 Movimentação das provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

20.2.1 Movimentação das provisões técnicas de seguros

A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2025
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	90.715	13.700	(4.702)	99.713
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	2.031	364	(302)	2.093
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	42.277	206.071	(199.140)	49.208
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	-	-	-	-
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	12.295	1.108	(1.676)	11.727
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	329	192	(223)	298
Provisão de Valores a Regularizar	-	578	(21)	557
Total das provisões	**147.647**	**222.013**	**(206.064)**	**163.596**

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Reversão e pagamento	Saldo em 31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganhos Emitidos (PPNG/RVE)	86.567	6.695	(2.547)	90.715
Provisão de Prêmios Não Ganhos Não Emitidos (PPNG/RVNE)	2.611	734	(1.314)	2.031
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	40.562	200.474	(198.759)	42.277
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER)	-	6.107	(6.107)	-
Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)	11.235	8.775	(7.715)	12.295
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	1.828	286	(1.785)	329
Provisão de Valores a Regularizar	-	-	-	-
Total das provisões	**142.803**	**223.071**	**(218.227)**	**147.647**

20.2.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

A movimentação dos custos de aquisição diferidos, registrada no ativo, que correspondem às despesas de comercialização diretamente alocadas aos riscos, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Custo de aquisição diferido (RVE)	22.335	5.400	(1.525)	26.210
Custo de aquisição diferido (RVNE)	405	236	(158)	483
Total dos custos de aquisição diferidos	**22.740**	**5.636**	**(1.683)**	**26.693**

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões e pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição diferido (RVE)	20.250	4.142	(2.057)	22.335
Custo de aquisição diferido (RVNE)	527	128	(250)	405
Total dos custos de aquisição diferidos	**20.777**	**4.270**	**(2.307)**	**22.740**

20.3 Tabela de desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referentes ao ano de aviso estão assim demonstrados:

Posição em 31/12/2025

Avisados (Até)	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	
No final do ano evento	950.664	117.680	150.664	192.281	182.658	199.462	
Após um ano	952.627	118.938	152.485	192.589	185.050	-	
Após dois anos	954.539	119.422	152.801	192.964	-	-	
Após três anos	953.754	119.971	153.014	-	-	-	
Após quatro anos	955.528	120.721	-	-	-	-	
Após cinco anos	958.395	-	-	-	-	-	
Pagamentos							
No ano evento	926.150	104.461	124.992	165.193	155.473	169.802	
Após um ano	11.563	12.681	25.395	24.326	26.828	-	
Após dois anos	1.565	487	645	825	-	-	
Após três anos	1.060	45	348	-	-	-	
Após quatro anos	1.312	271	-	-	-	-	
Após cinco anos	2.618	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	**944.268**	**117.945**	**151.380**	**190.344**	**182.301**	**169.802**	
Incorridos	958.395	120.721	153.014	192.964	185.050	199.462	1.809.606
(-) Pagos	(944.268)	(117.945)	(151.380)	(190.344)	(182.301)	(169.802)	(1.756.040)
PSL Ramos Próprios							53.566
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos							(4.358)
PSL Total	**14.127**	**2.776**	**1.634**	**2.620**	**2.749**	**29.660**	**49.208**

Posição em 31/12/2024

Avisados (Até)	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	
No final do ano evento	873.398	74.909	117.680	150.664	192.281	182.654	
Após um ano	875.755	74.909	118.938	152.485	192.589	-	
Após dois anos	877.718	75.592	119.422	152.801	-	-	
Após três anos	878.947	75.579	119.971	-	-	-	
Após quatro anos	878.175	75.799	-	-	-	-	
Após cinco anos	879.730	-	-	-	-	-	
Pagamentos						**-**	
No ano evento	851.758	64.434	104.461	124.992	165.193	155.473	
Após um ano	9.959	9.487	12.681	25.395	24.327	-	
Após dois anos	2.076	391	487	645	-	-	
Após três anos	1.173	60	45	-	-	-	
Após quatro anos	1.000	98	-	-	-	-	
Após cinco anos	1.213	-	-	-	-	-	
Pagamentos acumulados	**867.179**	**74.470**	**117.674**	**151.032**	**189.520**	**155.473**	
Incorridos	879.730	75.799	119.971	152.801	192.589	182.654	1.603.544
(-) Pagos	(867.179)	(74.470)	(117.674)	(151.032)	(189.520)	(155.473)	(1.555.348)
PSL Ramos Próprios	-	-	-	-	-	-	48.196
(-) Estimativas Salvados e Ressarcimentos	-	-	-	-	-	-	(5.919)
PSL Total	**12.551**	**1.329**	**2.297**	**1.769**	**3.069**	**27.181**	**42.277**

21. Encargos trabalhistas, impostos e contribuições

21.1 Encargos trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de gratificações	-	225
Provisão para férias	1.358	1.488
Total	**1.358**	**1.713**

21.2 Impostos e contribuições

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1.594	1.056
Contribuição social	937	597
COFINS	888	882
Pis/Pasep	144	143
Total	**3.563**	**2.678**

22. Provisões judiciais

a) Composição do saldo contábil

	Depósitos judiciais		Processos judiciais	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ações fiscais – INSS (I)	7.378	8.054	5.430	434
Ações fiscais – PMV (II)	460	425	-	-
Subtotal – Fiscais	**7.838**	**8.479**	**5.430**	**434**
Ações trabalhistas	143	40	182	80
Subtotal – Trabalhistas	**143**	**40**	**182**	**80**
Ações cíveis não relacionadas a sinistros	1.760	1.463	2.342	1.112
Ações cíveis do convênio Dpvat	345	396	-	-
Subtotal – Cíveis	**2.105**	**1.859**	**2.342**	**1.112**
Total	**10.086**	**10.378**	**7.954**	**1.626**

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

Detalhamento dos principais processos e depósitos judiciais relacionados:
Ações Fiscais

I. INSS – A Seguradora possui registrado em provisão o montante de R$5.430 (R$434 em 31/12/2024), referente às NFLDs 35.776.170-7 e 35.776.171-5 lançadas pelo INSS e referem-se basicamente a alegação de: reconhecimento de vínculo empregatício de empresa terceirizada de serviços de informática; e descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP, com correspondente depósito judicial de R$7.378 (R$8.054 em 31/12/2024) para garantia dos tributos discutidos judicialmente.
II. ISS PMV – Trata-se de processo decorrente de autuação fiscal do Município de Vitória-ES, sob a alegação de que a Seguradora deixou de reter na fonte o ISSQN incidente sobre suposta prestação de serviço com mão-de-obra de colaboradores do Banestes S.A., cujos custos foram integralmente ressarcidos. Neste processo, a Seguradora efetuou depósito judicial para garantia do tributo discutido judicialmente, sendo mantido atualizado em R$460 (R$425 em 31/12/2024).

b) Movimentação do saldo contábil

	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ Atualização	Reversão/ Pagamento	Saldo em 31/12/2025
Contingências				
Trabalhistas	80	307	(205)	182
Cíveis	1.112	1.705	(475)	2.342
Fiscais	434	5.294	(298)	5.430
Total	**1.626**	**7.306**	**(978)**	**7.954**

	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ Atualização	Reversão/ Pagamento	Saldo em 31/12/2024
Contingências				
Trabalhistas	31	49	-	80
Cíveis	883	419	(190)	1.112
Fiscais	394	40	-	434
Total	**1.308**	**508**	**(190)**	**1.626**

c) Natureza das contingências

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda, acrescidos dos honorários advocatícios.

d) Detalhamento dos processos judiciais por natureza de risco de perda

31/12/2025	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
Risco	**Qtd**	**Vr Contab.**	**Qtd**	**Vr Contab.**	**Qtd**	**Vr Contab.**	**Qtd**	**Vr Contab.**
Provável	1	5.383	2	182	14	1.044	17	6.609
Possível	1	47	-	-	63	1.298	64	1.345
Total	**2**	**5.430**	**2**	**182**	**77**	**2.342**	**81**	**7.954**

31/12/2024	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
Risco	**Qtd**	**Vr Contab.**	**Qtd**	**Vr Contab.**	**Qtd**	**Vr Contab.**	**Qtd**	**Vr Contab.**
Provável	-	-	1	34	4	582	5	616
Possível	2	434	3	46	29	530	34	1.010
Total	**2**	**434**	**4**	**80**	**33**	**1.112**	**39**	**1.626**

23. Outros débitos

23.1 Passivos de Arrendamentos

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	2.425	155	-	(528)	2.052
Veículos	822	38	-	(224)	636
Total	**3.247**	**193**	**-**	**(752)**	**2.688**

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

O capital social é constituído por 1.435.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, com o correspondente a 100% (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A., acionista único, no valor de R$186.326.

24.2 Reservas de lucros

O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:

24.2.1 Reserva legal

São destinados 5% (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

24.2.2 Reservas estatutárias

São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50% (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.

24.3 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se aos ajustes de perdas atuariais reconhecidos na Seguradora com títulos e valores mobiliários.

24.4 Demonstrativo do cálculo e pagamentos dos dividendos

O Estatuto Social confere direitos a dividendos entre 25% e 60% sobre o lucro líquido ajustado do exercício social determinados em AGE realizada em 05/12/2024, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº 9.249/95.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**42.628**	**39.292**
Reserva legal	(2.131)	(1.964)
Base de cálculo de dividendos	40.497	37.328
Dividendo mínimo – 25%	10.124	9.333
Total de dividendos a pagar	**10.124**	**9.333**

(*) Em 31/12/2025 foram distribuídos dividendos no percentual 25%.

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	31/12/2025	29,69	10.124	25/04/2026
Total em 31/12/2025			**10.124**	

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data
Dividendos	31/12/2024	27,37	9.333	29/04/2025
Total em 31/12/2024			**9.333**	

24.5 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido (incluindo níveis de PLA e qualidade de cobertura do CMR)

	31/12/2025	31/12/2024
PLA – Nível 1		
Patrimônio líquido	239.543	206.259
(-) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no exterior	(258)	(258)
(-) Despesas antecipadas	(817)	(268)
(-) Crédito tributário de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	(7.729)	(5.803)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	(249)	(262)
(-) Obras de arte	(3)	(3)
(-) Ativos intangíveis	(19.959)	(13.187)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(6.391)	(6.391)
Total PLA - Nível 1	**204.138**	**180.087**
PLA - Nível 2		
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	16.921	9.866
Total PLA - Nível 2	**16.921**	**9.866**
PLA - Nível 3		
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias limitados a 15% CMR	7.729	5.803
(+) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) limitados a 14% ativo total ajustado	249	262
Total PLA - Nível 3		**6.065**
TOTAL PLA 1+2+3-AJUSTE DE EXCESSO DE PLA DE NÍVEL 2 E DE NÍVEL 3	**229.035**	**196.018**
Capital base (I)	**8.100**	**8.100**
Capital adicional de risco de subscrição	58.054	52.762
Capital adicional de risco de crédito	3.307	3.059
Capital adicional de risco operacional	1.720	1.588
Capital adicional de risco de mercado	20.691	17.895
Capital risco (II) *	**69.809**	**63.023**
Capital mínimo requerido (CMR) – (maior entre (I) e (II))	**69.809**	**63.023**
Suficiência de capital (PLA – CMR)	**159.226**	**132.995**
Liquidez sobre o CMR (20%)	13.962	12.605
Excedente de liquidez – nota 6.4	135.578	125.197

(*) O demonstrativo acima encontra-se em conformidade com a Resolução CNSP nº 432/2021, sobretudo o cálculo do capital de risco em que se utiliza Matriz de Correlação definida na referida legislação.

25. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

25.1 Prêmios emitidos

	31/12/2025	31/12/2024
	394.991	**355.795**
Prêmios - riscos emitidos	412.461	371.140
Prêmios cancelados	(17.153)	(15.104)
Prêmios restituídos	(362)	(363)
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	45	122

25.2 Variações das provisões técnicas de prêmios e contribuições

25.2.1 Danos e Pessoas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de Prêmios Não Ganhos	(9.061)	(3.569)

25.3 Prêmios Ganhos, Sinistralidade e Comercialização por Grupo de Ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistralidade (%)		Comercialização (%)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	161.448	157.782	69,5	68,3	19,5	22,4
Pessoas	217.151	187.146	30,8	31,6	22,9	20,9
Patrimonial	7.331	7.298	2,4	1,8	46,5	44,3
Total	**385.930**	**352.226**	**46,5**	**47,5**	**21,9**	**22,0**

25.4 Sinistros ocorridos

	31/12/2025	31/12/2024
	(179.289)	**(167.151)**
Indenizações avisadas	(202.030)	(197.450)
Despesas com sinistros	(6.731)	(5.044)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto	569	(1.060)
Salvados e Ressarcimentos	30.463	34.312
Variação Estimativa de Salvados e Ressarcidos	(1.560)	2.091

25.5 Custos de aquisição

	31/12/2025	31/12/2024
	(84.551)	**(77.594)**
Comissões sobre prêmios emitidos	(88.505)	(79.557)
Variação das despesas de comercialização diferidas	3.954	1.963

25.6 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
	(25.658)	**(15.346)**
Receitas com operações de seguros	1.129	1.934
Receitas com regulação consórcio Dpvat	-	1
Receitas com reversão de provisões judiciais	601	191
Recuperação PLR/VER	102	1.044
Demais receitas	-	2
Despesas com encargos sociais	(1)	-
Despesas com cobrança - Direto	(1.754)	(1.965)
Despesas com inspeção de risco	(973)	(989)
Redução ao valor recuperável - prêmios a receber	(9)	(122)
Redução ao valor recuperável - salvados	222	36
Despesas com operações de seguros	(17.719)	(14.851)
Despesas com provisões judiciais	(1.470)	(284)
Despesa com constituição de provisão fiscal	(5.083)	-
Demais despesas	(703)	(343)

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

25.7 Resultado com Resseguro

	31/12/2025	31/12/2024
	(175)	**1.502**
Receitas com resseguro	**(175)**	**1.493**
Indenizações de sinistros	106	1.542
Variação com IBNR	(281)	(49)
Despesas com resseguro	**-**	**9**
Prêmios de resseguro	-	499
Variação - PPNG	-	(490)

25.8 Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
	(39.277)	**(38.027)**
Pessoal próprio	(21.951)	(21.663)
Serviços de terceiros	(2.950)	(3.305)
Cooperação técnica - Banestes	(5.603)	(4.738)
Rede de atendimento – terceiros	(2.237)	(2.145)
Localização e funcionamento	(3.778)	(4.298)
Publicidade e propaganda institucional	(991)	(735)
Publicações	(194)	(118)
Donativos e contribuições	(100)	(80)
Despesas administrativas diversas	(243)	(791)
Despesas administrativas com Seguradora Líder do consórcio DPVAT	(1.230)	(154)

25.9 Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
	(13.292)	**(11.989)**
Impostos federais	(5)	(18)
Impostos estaduais	(2)	(6)
Impostos municipais	(17)	(14)
Cofins	(9.949)	(8.738)
Pis/Pasep	(1.617)	(1.420)
Taxa de fiscalização	(1.702)	(1.103)
Outros tributos	-	(690)

25.10 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
	28.651	**23.760**
Receitas financeiras	**34.369**	**27.964**
Receitas com títulos de renda fixa públicos	29.743	23.737
Receitas com títulos de renda variável	2	2
Receitas com operações de seguros	71	182
Fundos de investimento	4.030	3.540
Outras receitas financeiras	523	503
Despesas financeiras	**(5.718)**	**(4.204)**
Despesas com títulos de renda variável	(152)	(154)
Despesas com atualização monetária e juros ref. processos de sinistros judiciais	(4.041)	(3.024)
Juros e atualizações monetárias	(897)	(589)
Outras despesas financeiras	(254)	(39)
Despesas com passivos de arrendamento	(374)	(398)

25.11 Resultado patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024
	708	**675**
Receitas com imóveis destinados à renda	721	688
Despesas com imóveis destinados à renda	(13)	(13)

26. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, com o BANESTES S.A. e a Banestes Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., são efetuadas a valores, prazos e taxas pactuados contratualmente. Na data destas demonstrações estavam assim demonstradas:

Empresas/Contas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banestes S.A.				
Depósitos	1.557	2.859	-	-
Aplicações financeiras – Operações compromissadas	127.584	111.649	16.000	10.946
Receita com aluguel	57	55	663	633
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(10.124)	(53.691)	-	-
Tarifas c/ operações de cobrança/ arrecadação	-	-	(593)	(410)
Despesa com custódia	(4)	(4)	(49)	(49)
Despesas com convênio de cooperação técnica	(467)	(395)	(5.603)	(4.738)
Banestes Corretora				
Comissões de seguros	-	-	(63.201)	(49.799)
Fundação Baneses de seguridade Social				
Benefício pós-emprego	-	-	(458)	(452)
Caixa de Assistências dos empregados do SFB - Banescaixa				
Assistência médica aos empregados	-	-	(174)	(194)

27. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contrib. Social	Imposto de renda	Contrib. Social
Resultado antes da tributação e participações	73.047	73.047	68.057	68.057
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(4.337)	(4.337)	(3.614)	(3.614)
Base de cálculo	**68.710**	**68.710**	**64.443**	**64.443**
Adições/(exclusões) de caráter permanente	(2.902)	(3.257)	81	(362)
Adições/(exclusões) de caráter temporário	6.434	6.434	110	110
Lucro tributável antes das compensações	**72.242**	**71.887**	**64.634**	**64.191**
Alíquota normal IRPJ (15%) e CSLL (15%)	10.836	10.783	9.695	9.628
Adicional de imposto de renda (10%)	7.200	-	6.439	-
Valores devidos	**18.036**	**10.783**	**16.134**	**9.628**
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(123)	-	(118)	-
Doações FIA/Incentivos Fiscais – Patrocínios – Emp. Cidadã	(27)	-	(6)	-
Imposto de renda e CSLL a pagar	**17.886**	**10.783**	**16.010**	**9.628**
Provisão dif. da realização reserva reavaliação	-	-	-	-
Passivo tributário diferido	(89)	(53)	73	44
Crédito tributário sobre provisões temporárias	(1.529)	(917)	(379)	(227)
Valores registrados em despesas	**16.269**	**9.813**	**15.075**	**9.445**

28. Remuneração da administração

O total das despesas com remuneração da administração atingiu no exercício de 2025 o montante de R$2.022 (R$1.900 em 31 de dezembro de 2024).

29. Benefícios a empregados

29.1 Planos de Aposentadoria – Seguridade Social

Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - A Seguradora é uma das patrocinadoras da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria nº 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-II e https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria nº 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação foi 02/05/2017.

No exercício de 2025, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam à Seguradora R$458 (R$452 em 31 de dezembro de 2024). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, por meio da Portaria Previc nº 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Planos II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e a Administração da Seguradora, juntamente com as demais empresas patrocinadoras do Sistema Financeiro BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (déficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar nº 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas e a Lei Complementar nº 109/2001 que determina no artigo 21 que "o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar".

Os Exercícios encerrados em 31/12/2025 e 31/12/2024 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras da patrocinadora em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial que deverá observar o Asset Ceiling que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superávit, de forma a se definir se existe, com alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superávit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria da Seguradora, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2023 e CPC 33 (R1):

BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social	Plano I e II Aposentadoria	
Exercício fiscal findo em	**31/12/2025**	**31/12/2024**
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	34.746	37.465
2. Custo do serviço	31	-
a. Custo do serviço corrente	31	17
3. Custo dos juros	3.960	3.779
4. Fluxos de caixa	(3.864)	-
a. Benefício pago pelo plano líquido contribuições assistidas	(3.864)	(1.656)
5. Outros eventos significativos	-	-
6. Redimensionamento da obrigação	6.473	-
a. Efeito da alteração de premissas demográficas	-	-
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	572	(4.858)
c. Efeito da experiência do plano	5.901	-
7. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	41.346	34.476

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2025

banestes seguros

B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2025	31/12/2024
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	46.016	43.550
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	4.735	4.118
3. Fluxos de caixa	(3.416)	-
a. Contribuição Participante	263	147
b. Contribuição Patrocinador	185	92
c. Benefício pago pelo plano líquido contribuições assistidas	(3.864)	(1.656)
4. Outros eventos significativos	-	-
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	3.712	-
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	3.712	(235)
6. Efeito da mudança da taxa de câmbio	-	-
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	51.047	46.016

C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa	31/12/2025	31/12/2024
1. Obrigação de benefício definido	41.346	34.746
2. Valor justo do ativo do plano	(51.047)	(46.016)
3. Situação financeira do plano	(9.701)	(11.270)
4. Efeito do limite máximo teto ativo	9.701	11.270
5. Passivo / (Ativo) líquido	-	-

D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido do exercício	31/12/2025	31/12/2024
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente deduzido das contribuições de participantes ativos	(233)	(138)
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho)/perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	(233)	(138)
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	3.960	3.779
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(4.734)	(4.118)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	774	-
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	-	339
3. Redimensionamento do outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(233)	(138)

E. Componentes do custo / (receita) de benefício definido para o próximo exercício	31/12/2025	31/12/2024
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	38	31
- Custo do serviço corrente bruto	38	31
b. Custo do serviço passado	-	-
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano	-	-
d. Custo total do serviço	38	31
2. Custo líquido dos juros		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	5.060	3.960
b. Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(6.247)	(4.735)
c. Juros / (rendimento) sobre o direito reembolsável	-	774
d. Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso	1.187	-
3. Redimensionamento de outro benefício de longo prazo	-	-
4. Despesa administrativa e imposto	-	-
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	38	31

F. Movimentação do Passivo Líquido	31/12/2025	31/12/2024
1. Passivo/(Ativo) líquido no final do exercício anterior	(11.270)	(3.581)
2. Despesa do ano	(233)	(138)
3. Pagamento de contribuições patrocinadora	(185)	(91)
4. (Ganhos)/Perdas atuariais do exercício	(2.761)	(7.121)
5. Variação no teto do ativo	-	(339)
6. Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-	-
7. Passivo/(Ativo) líquido no final do exercício	**14.450**	**(11.270)**

Premissas para determinar a obrigação de benefício definido	31/12/2025	31/12/2024
1. Taxa nominal de desconto	12,24%	10,59%
2. Taxa de desconto atuarial	7,59%	7,37%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,32%	3,00%

Premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2025	31/12/2024
1. Taxa nominal de desconto	10,59%	10,57%
2. Taxa de desconto atuarial	7,37%	6,34%
3. Taxa nominal de crescimento salarial	4,03%	5,02%
4. Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,00%	3,98%
5. Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada 30% por sexo	AT-2000 Suavizada 30% por sexo
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 55 anos)	31,37	31,12
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 30 anos)	55,08	54,95

Análise de Sensibilidade nas Hipóteses	31/12/2025	31/12/2024
Taxa nominal de desconto		
1. Taxa nominal de desconto -1,0%	44.281	42.885
Premissa da análise	6,59%	9,49%
2. Taxa nominal de desconto +1,0%	38.237	33.652
Premissa da análise	8,59%	11,70%

Fluxos de Caixa Esperado para os próximos anos	31/12/2025	31/12/2024
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	-	-
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Total previsto de pagamentos de benefícios pelo plano		
Ano 1	4.060	3.464
Ano 2	4.013	3.371
Ano 3	3.963	3.315
Ano 4	3.908	3.266
Ano 5	3.849	3.178
Próximos 5 anos	18.192	15.024

Estatísticas dos Participantes	31/12/2025	31/12/2024
1. Ativos e Auto patrocinados		
a. Quantidade	25	35
b. Folha anual de salários de participação	3.868	4.793
c. Salário de participação médio anual	155	151
d. Idade média	50,20	50,63
e. Tempo de serviço médio	24,13	25,75
2. Aposentados e Pensionistas		
a. Quantidade	75	70
b. Benefício médio anual	2.314	2.194
c. Idade média	68,89	67,76

29.2 Assistência à Saúde

A Seguradora também é uma das patrocinadoras da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes (SFB) - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.
No exercício de 2025, a contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu a R$174 (R$194 em 2024).

29.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados

A Seguradora oferece também aos seus empregados outros benefícios, tais como creche, treinamento profissional e plano odontológico, cujo montante dessas despesas totalizaram no exercício de 2025 R$337 (R$222 em 2024).

30. Consórcio DPVAT

Em atendimento a CIRCULAR SUSEP n.º 648 de 12/11/2021, e alterações posteriores, a Seguradora alterou a forma de contabilização das operações referente aos Consórcio DPVAT, registrando apenas os valores a receber/pagar referente a apuração mensal da margem de resultado e seu devido recebimento/pagamento, de acordo com o determinado nas orientações da SUSEP.
Em 24 de novembro de 2020 através da Assembleia Geral conforme previsto no instrumento do consórcio, motivado pelo anúncio de saída de 36 seguradoras, dentre elas a Banestes Seguros S.A., foi deliberado a dissolução do Consórcio do Seguro DPVAT a partir de 1º de janeiro de 2021. A dissolução do Consórcio significou a vedação de quaisquer novas subscrições de riscos pela Seguradora Líder em nome das consorciadas, ficando a Seguradora Líder designada a administrar o *run-off* dos ativos, passivos e negócios do Consórcio DPVAT realizados até dezembro de 2020. A Seguradora Líder permanecerá responsável por operar o seguro DPVAT em *run-off* até a extinção de todas as obrigações e a Banestes Seguros permanecerá com seus direitos e obrigações na forma do Instrumento do Consórcio, inclusive com a obrigação de participar das receitas e despesas referentes à operação do Seguro DPVAT na proporção de suas respectivas quotas.
Em 14 de fevereiro de 2023, as seguradoras participantes do Consórcio DPVAT receberam comunicado da Seguradora Líder relativo ao Processo Administrativo SUSEP nº 15414.604989/2020-92, cujos desdobramentos foi objeto de análise em seus aspectos jurídicos e econômicos, em conjunto com a Seguradora Líder, no decorrer do exercício de 2023. Até o momento, não foram identificados fatos relevantes que impactasse o patrimônio líquido da Seguradora.

* * *

Órgãos da Administração em 23 de fevereiro de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Carlos Rizk (Presidente)
José Amarildo Casagrande
Carlos Roberto Rafael
Jorge Luis Rigo
Fernanda Lírio Coutinho

DIRETORIA
Carlos Roberto Rafael (Presidente)
Rômulo de Souza Costa
Jussara Gonçalves Vieira

CONSELHO FISCAL
Álvaro Rogério Duboc Fajardo
Gustavo Rocha Bulgareli Ferreira
Suziane Cristine de Paula Mattos

CONTADOR
Flávio Wagner Gaudio de Souza
CRC-ES 12130/O-8

ATUÁRIO
Ricardo César Pessoa
Miba nº 1076

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2025

banestes seguros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Administradores e Acionistas da Banestes Seguros S.A.
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banestes Seguros S.A. "Seguradora", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banestes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de janeiro, 23 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES
Aos Administradores e Acionistas da Banestes Seguros S.A.
Vitória - ES

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Banestes Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Banestes Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Banestes Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Banestes Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Vitória, 23 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 CIBA 48
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002,
São Paulo – SP – Brasil

Anexo I

Banestes Seguros S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2025**
Total de provisões técnicas auditadas	**163.596**
Total de ativos de resseguro	**230**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**27.602**

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2025**
Provisões Técnicas auditadas (a)	**163.596**
Valores redutores auditados (b)	54.698
Total a ser coberto (a-b)	**108.898**

3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2025**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	69.809
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**69.809**

4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2025**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	229.035
Ajustes Econômicos do PLA	-6.391
Exigência de Capital (CMR) (b)	69.809
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**159.226**
Ativos Garantidores (d)	258.437
Total a ser Coberto (e)	108.898
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)	**149.539**

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	**31/12/2025**
0520;	**1.700**
1329; 1377; 1381; 1384; 1390; 1391;	**1.800**
0114; 0118; 0171;	**1.850**
0542; 1065;	**1.900**
0531;	**2.600**
1061;	**2.500**
0929; 0977; 0982; 0990; 0993;	**2.700**
0553;	**2.800**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banestes Seguros S.A, relativas ao exercício de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas, o Parecer do Auditor Atuarial Independente e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, ambos sem ressalvas.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória-ES, 23 de fevereiro de 2026.

Álvaro Rogério Duboc Farjado	**Gustavo Rocha Bulgareli Ferreira**	**Suziane Cristine de Paula Mattos**
Conselheiro Efetivo	Conselheiro Efetivo	Conselheira Efetiva

continua...

Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 25/02/2026**
Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Acesse: https://tribunaonline.com.br/validador-iti caso deseje validar a assinatura!

12 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de Assinaturas gerado em: 25 de fevereiro de 2026, 12:26:48

11891 BANESTES SEGUROS - BALANCO 25-02-2026.pdf

Código do documento: 11891

Assinado por:

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

25 fev. 2026, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 11891
Criado por: Rafaela Casotte Cunha Daniel **Email:** arte@redetribuna.com.br
DATE_ATOM: 2026-02-25T12:26:48-03:00

25 fev. 2026, 12:26:48 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.
DATE_ATOM: 2026-02-25T12:26:48-03:00

25 fev. 2026, 12:26:48 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br
Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR
DATE_ATOM: 2026-02-25T12:26:48-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 8de9e14733c153aa36daa56906a1178950cbd515f544a058f608f252edcb6d77
[SHA512]: 8754fb42564373d03f27eba60a305fa07ad666638e4dcf41085965f9ab21343bf57e3b1fd4556dab0f8a77cf3ecb91a04dc9483a6108b16b03ad6366f07806d6

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB